

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

**Emitente:** Unidade do Controle Interno.

**Entidade:** Câmara Municipal de Montanha-ES.

**Gestor responsável:** Theodoro José de Souza – Vereador - Presidente.

**RELUCI – Exercício 2019.**

**Da Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, ainda, nos temos art. 135, § 4ª c/c 137, inciso IV, do RITCEES, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, com ressalva daqueles próprios do profissional de contabilidade, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

**Dos pontos de controle:**

**1. Itens de abordagem prioritária.**

**1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	04 (proc)	01 (proc.)

**1.2. Gestão Previdenciária.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por	Relatórios	CF/88, art. 40.	Verificação	12 (meses)	4 (meses)

	competência – despesas previdenciárias patronais		LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	documental.		
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	-	-
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)

### 1.3. Gestão patrimonial.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental e inspeção.	12 (meses)	04 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	02 (Instituições Financeiras)	02 (Instituições Financeiras)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	04 (meses)
1.3.8*	Emplacamento e identificação materiais permanentes e equipamentos.	Instalações da Câmara	IN nº 016/2016 da Câmara Municipal de Montanha, art. 7º, inc. X.	Inspeção	-	-

\* Ponto de controle criado, em sequencia, por não constar na tabela referencial proposta.

### 1.4. Limites Constitucionais e Legais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Folha	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Folha	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Folha	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)

## 1.5. Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01

## 2. Itens de abordagem complementar.

### 2.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.2.30	Despesa – realização de despesas –	Elementos de despesa	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art.	Verificação documental.	12(elementos)	04 (elementos)

	irregularidades		4º.			
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)

## 2.2. Gestão Previdenciária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	-	-
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificação documental.	-	-
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	01	01

## 2.3. Demais atos de Gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.4	Pessoal – teto	Folha	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	04(meses)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha	CRFB/88, art. 37, caput.	Verificação documental.	12(meses)	04(meses)
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	contratações	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	04 (processos)	01 (processos)

## 3. Das constatações e proposições

Código	achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.8*	Constatado materiais permanentes e equipamentos sem o devido emplacamento e identificação.	Recomendação ao responsável pelo setor	Em execução

\* Ponto de controle criado em sequência àquela da tabela referencial proposta.

#### **4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal.**

Em suma, tratou-se de uma gestão, no todo, consciente do uso dos recursos públicos.

#### **DO PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Antes, porém, cabe-nos dizer que, embora a controladoria interna não tenha feito auditorias propriamente ditas, até mesmo por falta de pessoal e, buscando evitar ofensa ao Princípio da Segregação de Função, bem como, desavença com Conselho Regional de Contabilidade, exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações de documentos e processos, inspeções *in loco* e recomendações, além de outras manifestações.

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Theodoro José de Souza – Vereador - Presidente, relativa ao exercício de 2019. Dos pontos de controle avaliados e apresentados neste relatório, foram encontradas 01(uma) inconformidade, apresentada no item 3, no qual encontra-se em andamento para regularização.

Ante ao exposto, sobre os pontos de controle analisados e apresentados neste relatório, em minha opinião, com base nas verificações documentais, inspeções e recomendações, a referida prestação de contas encontra-se regular.

Montanha/ES, 02 de março de 2020.

Andrea Rodrigues de Souza Lisboa  
Controle Interno – Câmara Municipal de Montanha/ES